

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Pregão Eletrônico



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

DECISÃO DE RECURSO

PROCESSO Nº73/2025

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº11/2025

ASSUNTO: Análise do Recurso apresentado pela empresa VIVASMED DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ Nº 14.706.667/0001-19

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de recurso administrativo, interposto pela empresa VIVASMED DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ Nº 14.706.667/0001-19, contra decisão que a desclassificou do certame, para tanto, aduzindo a inexecutabilidade das propostas vencedoras apresentadas pelas Licitantes/Empresas ORTOGEM COMERCIO E IMPORTACOES DE PRODUTOS MEDICOS LTDA (Lotes: 01 e 06), PRIMUS MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA (Lotes: 02, 07, 10 e 11), DROGAFONTE LTDA (Lote 09) e 4M BR - COMERCIO E REPRESENTACAO DE MATERIAL E MEDICAMENTO HOSPITALAR LTDA (Lote 12), decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº11/2025, que tem como objeto: “(...) *REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura “Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos básicos e não básicos, destinados à Central Farmacêutica e Farmácia Básica das Unidades de Saúde da Sede e Distritos de Buracica e Lustosa, para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo - I do Edital.”.*

Tempestivamente a empresa protocolizou as razões recursais, conforme consta do protocolo e data de interposição da peça recursal.

Contrarrazões apresentadas pela Licitante/Recorrida, PRIMUS MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 32.170.135/0001-91, onde reafirma a sua proposta, refutando as alegações recursais.

Assim, ante as razões trazidas pelas Licitantes, passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Em síntese, a Recorrente aduz, em suas razões recursais, registrando apontamentos contra a decisão que a desclassificou, afirmando que a sua proposta é efetivamente exequível, em detrimento daquelas apontadas em sua peça recursal, a justificar a desclassificação das empresas vencedoras correspondentes aos lotes indicados na peça recursal.

Por sua vez, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, estabelece critérios importantes para a desclassificação de proponentes com base na inexecutabilidade dos preços oferecidos, permitindo que sejam desclassificadas propostas manifestamente inexequíveis ou que não comprovem sua executabilidade quando solicitado pela Administração Pública. Vejamos:

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei. (grifos nossos)

— 11

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

Por sua vez, o instrumento convocatório, no item 7.10, seguindo o preceito legal, observa a necessidade de realização de diligência, a fim de averiguar a inexecuibilidade da proposta ou não:

“(....)”

7.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.”
(grifos nossos)

Assim, seguindo o quanto disposto no § 2º do art.59 da Lei nº 14.133/21, bem como do quanto estabelecido no item 7.10 do Edital, após, diligências realizadas pelo Pregoeiro, as Licitantes/Recorridas reafirmaram o compromisso com as respectivas propostas apresentadas, em relação aos lotes Recorrente traz em seus argumentos, a demonstração de que as propostas por elas apresentadas não são inexecuíveis.

Ou seja, verificou-se a demonstração pelas Licitantes vencedores dos lotes indicados pela Recorrente, que é possível o cumprimento dos objetos licitados, cujos preços ofertados se encontram compatíveis à proposta das empresas.

Aliás, essa racionalidade foi trazida na Súmula 262 do TCU, no sentido de que o critério legal conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Por outro lado, deve a Administração no procedimento licitatório deve buscar, a satisfação do interesse público, mediante a escolha da proposta mais vantajosa, sem deixar de lado a necessária moralidade e a indispensável segurança da igualdade entre os participantes.

Dispondo sobre a matéria, elucida o jurista Marçal Justen Filho leciona: “*Se o particular puder comprovar que a sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.*” (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660) (grifos nossos)

No mesmo sentido, cita-se entendimento proferido pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 148/2006 – Plenário, conforme segue: “*Considerando que a inexecuibilidade tem que ser objetivamente demonstrada, não se prestando para tanto a mera comparação com os valores das propostas dos outros licitantes ou dos preços estimados pela administração.*” (grifos nossos)

Ad argumentandum tantum, sobreleva-se destacar, que as propostas de licitantes com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexecuibilidade.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados.

Sabe-se que em um processo licitatório é dever da Administração buscar a oferta que lhe seja mais vantajosa, em atendimento aos Princípios básicos enumerados na Lei nº 14.133/2021, dentre os quais se encontram o da legalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Ou seja, a manutenção da decisão de classificação das Licitantes/Recorridas segue os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo do certame, principalmente, pelo fato daquelas ter cumprido com todos os requisitos editalícios ensejadores à sua classificação, ao reafirmarem sus respectivas em relação aos lotes por elas vencidos.

Dessa forma, sem maiores delongas, lastreado na análise das razões recursais associada à diligência realizada pelo Pregoeiro apresentada, verificou-se que não assiste razão a Licitante/Recorrente posto que, as Recorridas efetivamente cumpriram os requisitos constantes do instrumento convocatório, não ensejando, pois, a necessidade de reforma da decisão que a desclassificou.

Assim sendo, considerando as exigências do edital, a Lei das Licitações, Jurisprudências e Doutrinas concernente à análise de exequibilidade e, considerando que o procedimento licitatório procura dar à administração as condições de contratar com aquele que apresente a proposta mais vantajosa, não se verifica motivos concretos para a desclassificação das propostas vencedoras por inexecuibilidade.

III – CONCLUSÃO

Ante as razões fáticas e jurídicas acima deduzidas, decide a luz dos Princípios da Legalidade, Isonomia, Vinculação ao Edital, Eficiência Estatal e Julgamento Objetivo, pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO ao Recurso formulado pela licitante VIVASMED DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ Nº 14.706.667/0001-19, mantendo-se incólume a decisão imposta, em relação a classificação das Licitantes/Empresas ORTOGMED COMERCIO E IMPORTACOES DE PRODUTOS MEDICOS LTDA (Lotes: 01 e 06), PRIMUS MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA (Lotes: 02, 07, 10 e 11), DROGAFONTE LTDA (Lote 09) e 4M BR - COMERCIO E REPRESENTACAO DE MATERIAL E MEDICAMENTO HOSPITALAR LTDA (Lote 12).

Teodoro Sampaio/BA, 16 de julho de 2025.

Joseval Silva de Argôlo Azevedo
Pregoeiro Municipal